6 – Um Brasil homogêneo?

Mãe Beata diz: “*Acham que o Brasil é uma coisa só*”. E tem toda razão. A sociedade brasileira é representada como uma sociedade homogênea. Mas por que esse mito se formou? Vamos nos aproximar inicialmente dessa questão fundamental para nossa análise, através do livro “Brasil - Mito Fundador e Sociedade Autoritária”, da filósofa Marilena Chauí, (2000).¹

A autora expõe através das análises da bandeira nacional, da poesia de Olavo Bilac, e das idéias de Rocha Pita, considerado o primeiro historiador brasileiro, as marcas do que classifica de “representação homogênea que os brasileiros possuem do país e de si mesmos”. Ou seja, de acordo com Chauí, a crença generalizada de que o Brasil: 1) é “um Dom de Deus e da natureza; 2) tem um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual, mesmo quando sofredor; 3) é um país sem preconceitos (é raro o emprego da expressão mais sofisticada “democracia racial”); 4) é acolhedor para quem quiser trabalhar e só não progride quem não trabalha portanto não há discriminação de classe e sim repúdio da vagabundagem, que, como se sabe, é a mãe da delinqüência e da violência; 5) é um país dos contrastes regionais, destinado por isso à pluralidade econômica e cultural. A força persuasiva dessa representação, diz Chauí, transparece quando a vemos em ação, isto é, quando resolve imaginariamente uma tensão real e produz uma contradição que passa despercebida.

É assim, por exemplo, que alguém pode afirmar que os índios são ignorantes, os negros são indolentes, os nordestinos são atrasados, os portugueses são burros, as mulheres são naturalmente inferiores, mas, simultaneamente, declarar que se orgulha de ser brasileiro porque somos um povo sem preconceitos e uma nação nascida da mistura de raças. Ou pode dizer-se indignado com a existência de crianças de rua, com as chacinas dessas crianças ou com o desperdício de terras não cultivadas e os massacres dos sem-terra, mas, ao mesmo tempo, afirmar que se orgulha de ser brasileiro porque somos um povo pacífico, ordeiro e inimigo da violência. (Chauí,2000, p. 8)

¹ O referido livro foi lançado no momento em que o país era incitado a festejar seus 500 anos de descobrimento e perguntava se havia realmente algo a comemorar. O texto de Chauí inaugurou a coleção “História do povo brasileiro”, da editora Perseu Abramo.

Chauí esclarece que, ao falar de mito, recorre não apenas ao sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade, isto é, no sentido grego da palavra *mythos*, mas também ao sentido antropológico, no qual essa narrativa, explica, é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade. Esse mito, diz Chauí, à maneira de toda *fundatio*, impõe um vínculo interno com o passado como origem e que não cessa nunca. Para completar, Chauí fala em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, de acordo com a filósofa, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela.

Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo. (op.cit, p. 9)

Mas é no capítulo cinco de seu texto que Chauí explica que mito fundador é esse. Para tanto, a autora cita o filósofo francês Maurice Merleau-Ponty que certa vez, de acordo com ela, comparou o aparecimento de novas idéias filosóficas e a descoberta da América. *“A comparação o levou a dizer que uma nova idéia não pode ser descoberta, pois ela não estava ali à espera de que alguém a achasse. Ela é inventada ou construída para que com ela sejam explicados ou interpretados acontecimentos e situações novos. Uma idéia, escreveu ele, não está à nossa espera como a América estava à espera de Colombo”*. (2000, p. 57).

O filósofo, afirma Chauí, se enganou. Para ela, a América não estava à espera de Colombo, assim como o Brasil não estava à espera de Cabral. Não são “descobertas”. “São invenções históricas e construções culturais”. O Brasil (como também a América) é uma criação dos conquistadores europeus. *“Mas Brasil foi instituído como colônia de Portugal e inventado como “terra abençoada por Deus” à qual, se dermos crédito a Pero Vaz de Caminha, “Nosso Senhor não nos trouxe sem causa”, palavras que ecoarão nas de Afonso Celso, quando quatro séculos depois escrever: “se Deus aquinhoou o Brasil de modo especialmente*

magnânimo, é porque lhe reserva alevantados destinos". É essa justamente a construção que Chauí apresenta como mito fundador.

É no período da conquista e colonização da América e do Brasil que, de acordo com a filósofa, surgem os principais elementos para a construção desse mito fundador. São eles: 1) a visão do paraíso, 2) a história teológica providencial e 3) a elaboração jurídico-teocêntrica da figura do governante como rei pela graça de Deus. Esses três componentes, de acordo com Chauí, aparecem, nos séculos XVI e XVII, sob a forma das três operações divinas que, no mito fundador, respondem pelo Brasil: a obra de Deus, isto é a Natureza, a palavra de Deus, isto é a história, e a vontade de Deus, isto é, o Estado.

6.1 - O semióforo e a mercadoria

Outra importante discussão levantada por Chauí, é o conceito de semióforo: objetos, animais, acontecimentos, pessoas e instituições. São tipo de relíquias e oferendas, espólios de guerra, aparições celestes, meteoros, certos acidentes geográficos, documentos raros, os heróis e a nação retirados do circuito do uso ou sem utilidade direta e imediata na vida cotidiana porque são coisas providas de significação ou de valor simbólico, capazes de relacionar o visível e o invisível espacial ou temporal e de celebrar a unidade indivisa dos que compartilham uma crença comum ou um passado comum. É um objeto de celebração por meio de cultos religiosos, peregrinações a lugares santos, representações teatrais de feitos heróicos e outras.

O destaque desta discussão é o seguinte: a autora afirma que, no modo de produção capitalista, não pode haver semióforos, pois, no capitalismo, não há coisa alguma e pessoa alguma que escape da condição de mercadoria, não tendo como ser retirado da circulação mercantil. Chauí pergunta então por que se pode supor a impossibilidade de semióforos na sociedade capitalista? Esta impossibilidade, de acordo com ela, só surgiu porque havíamos deixado na sombra um outro aspecto decisivo dos semióforos, ou seja, que são signos de poder e prestígio.

Dessa disputa de poder e de prestígio nascem, sob a ação do poder político, o patrimônio artístico e o patrimônio histórico-geográfico da nação, isto é, aquilo que o poder político detém como seu contra o poder religioso e o poder econômico. Em outras palavras, os semióforos religiosos são particulares a cada crença, os semióforos da riqueza são propriedade privada, mas o patrimônio histórico-geográfico e artístico é nacional.

Finalmente para esta análise da pesquisa interessa perguntar como o poder político pode realizar essa tarefa? Seguindo com Chauí, construindo um semióforo fundamental, aquele que será o lugar e o guardião dos semióforos públicos. Esse semióforo-matriz, de acordo com a filósofa, é a Nação². Para ela, o poder político faz da Nação o sujeito produtor dos semióforos nacionais e, ao mesmo tempo, o objeto do culto integrador da sociedade una e indivisa, utilizando o que Chauí denomina de *intelligentsia* (ou de seus intelectuais orgânicos), da biblioteca, do museu, do arquivo de documentos raros, do patrimônio histórico e geográfico, dos monumentos celebratórios e da escola.

6.2 – A escola e a árvore do esquecimento

Na construção de uma visão homogênea da sociedade brasileira, Chauí não deixa de fora o papel da escola. Ela afirma que é na escola que todos nós aprendemos o significado da bandeira brasileira: o retângulo verde simboliza nossas matas e riquezas florestais, o losango amarelo, nosso ouro e nossas riquezas minerais, o círculo azul estrelado, nosso céu, onde brilha o Cruzeiro do Sul, indicando que nascemos abençoados por Deus, e a faixa branca simboliza o que somos: um povo ordeiro em progresso. Todos nós, Chauí acredita, fazemos nossas as palavras de Rocha Pita, considerado o primeiro historiador brasileiro, quando, em 1930, escreveu:

² Nação, explica a filósofa é uma invenção histórica recente. Entendida como Estado-nação, definida pela independência ou soberania política e pela unidade territorial e legal. Sua data de nascimento se dá por volta de 1830.

Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela a aurora; o sol em nenhum outro hemisfério tem raios tão dourados, nem os reflexos noturnos tão brilhantes; as estrelas são mais benignas e se mostram sempre alegres... as águas são mais puras; é enfim o Brasil Terreal Paraíso descoberto, onde têm nascimento e curso os maiores rios; domina salutar o clima; influem benignos astros e respiram auras suavíssimas, que o fazem fértil e povoado de inumeráveis habitantes. (citado por Chauí, 2000, p. 6).

É na escola também que sabemos que todos nós somos um povo novo, formado pela mistura de três raças valorosas: os corajosos índios, os estóicos negros e os bravos e sentimentais lusitanos. Quem de nós, pergunta Chauí, ignora que da mestiçagem nasceu o samba, no qual se exprimem a energia índia, o ritmo negro e a melancolia portuguesa? Quem não sabe, continua, que a mestiçagem é responsável por nossa ginga, inconfundível marca dos campeões mundiais de futebol? E ainda, há quem não saiba que, por sermos mestiços desconhecemos preconceito de raça, cor, credo e classe? Afinal, ironiza Chauí, Nossa Senhora, quando escolheu ser nossa padroeira, não apareceu negra?

Muitos estudiosos brasileiros contribuíram para a coagulação desse pensamento em nossa sociedade. Jacques d'Adesky, em seu livro *Racismos e anti-racismos no Brasil* (2001), lembra que para o antropólogo Darcy Ribeiro, por exemplo, no Brasil existe uma unidade “etnonacional” cultural homogênea em alto grau. Para Ribeiro, explica d'Adesky, esta unidade constitui-se a partir da desindianização forçada dos índios e da desafricanização dos negros que, despojados de sua identidade, se viram condenados a inventar, ao lado do núcleo luso, uma nova etnicidade englobadora de todos eles. Vejamos o que diz o próprio Ribeiro:

Tais são os brasileiros de hoje, na etapa que atravessam de sua luta pela existência. Já não há praticamente índios ameaçando o seu destino. Também os negros desafricanizados se integram nela como um contingente diferenciado, mas que não aspira nenhuma autonomia étnica. O próprio branco vai ficando cada vez mais moreno e até orgulhoso disso. (Ribeiro, 2004, p. 259).

E ainda:

É de assinalar que, apesar de feitos pela fusão de matrizes tão diferenciadas, os brasileiros são, hoje, um dos povos mais homogêneos lingüística e culturalmente e também um dos

mais integrados socialmente da Terra. Falam a mesma língua, sem dialetos. Não abrigam nenhum contingente reivindicativo de autonomia, nem se apegam a nenhum passado. Estamos abertos é para o futuro. (op.cit, 454).

De acordo com d'Adesky, a lógica da assimilação que impregna o pensamento de Darcy Ribeiro coloca a diferença como fonte potencial de não igualdade. Resulta, segundo ele, secundariamente, para o indivíduo, uma exigência de despertencimento e, no plano coletivo, uma idealização de abertura pela mistura, supostamente libertadora e emancipadora do racismo e dos preconceitos.

6.3 - A condição branca

Peter McLaren é um autor que se dedica ao estudo do sistema educacional estadunidense impregnado pelo que ele considera como “condição branca”, conceito que penetra, de acordo com ele, nos sistemas escolares de todo o mundo.

Para McLaren, a maioria dos sistemas escolares, atualmente vive em prostração patética com relação ao mercado capitalista e subordinado à nova ordem tecnocapitalista. *“Estamos testemunhando, em toda parte, o aumento progressivo dos domínios do capitalismo. Tudo se torna mercadoria, incluindo currículos cursos, materiais pedagógicos, estilos de vida e sistemas de crenças”*. (McLaren, 2000b, p. 238). Este autor também afirma que o capitalismo tornou-se o árbitro mais poderoso de nossa nova tecnocracia. *“Ele está intimamente ligado ao racismo que vemos retornar atualmente por todo país. E este é um racismo que ganha respeito através de sua legitimação por políticos que, depois do colapso da guerra fria, estão fazendo dos imigrantes, o novo “outro”, a quem devemos odiar”*. (p. 239).

O racismo, para McLaren, se desenvolve no mundo justamente graças a esta “condição branca”, abordada por McLaren de diferentes formas. Uma delas dá conta de que a condição branca não tem conteúdo nem forma. Ela funciona,

de acordo com ele, retoricamente, *“através de sua própria articulação a partir do detrito semiótico dos mitos de superioridade européia”*. *E continua:*

Estes são mitos ontologicamente vazios, epistemologicamente enganadores e moralmente perniciosos no sentido de que privilegiam os descendentes dos europeus como sendo aqueles verdadeiramente civilizados, em contraste com os personagens singulares, exóticos ou bárbaros das culturas não européias (...) A condição branca nos Estados Unidos pode ser entendida, em grande parte, através das conseqüências sociais que fornece àqueles que são considerados não brancos. Tais conseqüências podem ser vistas no sistema de justiça criminal, nas prisões e nas escolas. (McLaren, 2000b, p. 265 e 266).

O que para McLaren é chamado de “condição branca”, para d’Adesky é “ideal de branqueamento”, situação que, em nossa sociedade, contribui para fragilizar a tomada de consciência de que o racismo carrega um duplo sentido negativo: o de denegação de identidade de grupo e o de denegação de uma humanidade comum. Para este autor, o ideal de branqueamento da sociedade brasileira é produto do que ele considera um racismo assimilacionista.

Ele se apresenta como um anti-racismo que preconiza a mistura inter-racial. Porém não passa de uma variação do racismo universalista, cuja lógica profunda submete os grupos étnicos à assimilação de um modelo cultural preferencial e à homogeneização racial, em que o tipo-ideal branco tem a primazia por estar situado no topo de uma escala de valores, supostamente única e absoluta. (d’Adesky, 2001, p. 173).

Para d’Adesky, o ideal de branqueamento é, portanto, um racismo etnocida que opera sobre a base de um discurso ambíguo. Este autor afirma que, ao fazer a apologia da mistura inter-racial, o ideal de branqueamento induz os grupos a abandonarem suas características étnicas, apontando ao mesmo tempo o grupo a ser erradicado. Essa implicação restritiva em relação à categoria negro apresenta, segundo d’Adesky, uma clivagem racial que tende a ver o negro como um indivíduo diferente do tipo idealizado.

6.4 – Racismo, educação e a síndrome do vampiro

D’Adesky afirma que, provavelmente, a área cultural é o espaço em que melhor se manifesta o fenômeno do ideal de branqueamento também chamado

por ele de alienação. Este autor concorda ainda que o racismo continua presente no sistema de educação e na cultura mais que no mercado de trabalho ou no setor financeiro. Educação e Cultura para d'Adesky seriam os principais focos irradiadores de discriminação.

Poder-se-ia debater longamente sobre essa afirmação sem deixar de concluir, com absoluta certeza, que a educação é um dos instrumentos a favorecer o preconceito e que por meio dela, a cultura mantém a perpetuação das relações de dominação, nascidas no tempo da colonização e da escravidão. (d'Adesky, 2001, p.172).

O autor salienta, contudo, que, seja lá o que se disser, é preciso reconhecer que a promoção do acesso à educação, mesmo limitado, tem conseqüências positivas, já que este é fator de queda do analfabetismo e meio de ascensão social para as classes pobres. No entanto, sinaliza que, o ensino, que deveria ser um fator de desenvolvimento enquanto fenômeno global mostra que os que não têm poder são aqueles privados de uma boa escola. D'Adesky chama a atenção para o acesso desigual à escola em termos de classe social, sexo e grupo étnico. Segundo o autor, aqueles sem poder que tiveram acesso à educação se vêem confrontados com um sistema que difunde formas de pensamento e modos de vida de categorias sociais mais favorecidas, assegurando, ao mesmo tempo, a transmissão da ideologia da classe dominante.

De acordo com d'Adesky, para as categorias desfavorecidas, o ensino constitui, portanto, um importante fator de aculturação e de alienação. Um dos elementos que contribuem para isso, no seu entender, seriam a hegemonia cultural euro-brasileira na educação e a exclusão das heranças culturais das etnias afro-indígenas dos currículos escolares que subtraem às classes populares importantes instrumentos de etnicidade, autonomização social e cidadania, negando-lhes a negritude e a indianidade, enquanto impõem-lhes a branquidade. Com isso, para d'Adesky, diminui-se-lhes a auto-estima e a autoconfiança na medida em que consolidam um autoconceito negativo, gerado na família e na sociedade.

Volta-me agora o relato do líder nagô sobre a árvore do esquecimento. Ao reproduzir uma visão homogênea da sociedade, a escola colocaria as diferenças

culturais a andar em torno da árvore do esquecimento. Seria ela própria, uma grande árvore do esquecimento na qual alunos negros e suas culturas, suas religiões, suas formas de ver o mundo estariam a dar voltas até que esqueçam completamente sua história. A escola também estaria há muito tempo acometida pelo que Muniz Sodré chama, ao analisar os veículos de comunicação, de “*síndrome do vampiro*”³. Ou seja, quando olha para a TV, o negro não se vê e não se reconhece. Ao olhar para a escola também não.

Por fim, não podemos esquecer que d’Adesky menciona a questão do currículo em suas reflexões. Acredito que não apenas o currículo, mas que também o currículo, deva ser um dos elementos analisado neste debate. Em seu livro “O Currículo como Fetiche” (1999), Silva afirma: “*Quem tem a delegação de falar e de agir em nome do outro (representação como delegação) dirige, de certa forma, o processo de apresentação e de descrição do outro (representação como descrição). Quem fala pelo outro controla as formas de falar do outro*”. (Silva, 1999, p.34). E ainda:

A tradição crítica em educação nos ensinou que o currículo produz formas particulares de conhecimento e de saber, que o currículo produz dolorosas divisões sociais, identidades divididas, classes sociais antagônicas. As perspectivas mais recentes ampliam essa visão: o currículo também produz e organiza identidades culturais, de gênero, identidades raciais, sexuais (...) (Silva, 1999, p. 27).

O autor também nos alerta que, dessa perspectiva, o currículo não pode ser visto simplesmente como um espaço de transmissão de conhecimentos. O currículo está, de acordo com ele, centralmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, naquilo que nos tornaremos.

³ Expressão citada por Paulo Rogério Nunes Estudante de Comunicação da UCSal (BA) e membro do Núcleo de Estudantes Negros da UCSal (CUMBA). In: Blaio de Notícias – Webjornal – Edição 52 – Aracaju).